



University of Brasilia



Economics and Politics Research Group–EPRG
A *CNPq-Brazil Research Group*

<http://www.econpolrg.com/>

Research Center on Economics and Finance–CIEF
Research Center on Market Regulation–CERME
Research Laboratory on Political Behavior, Institutions and Public Policy–LAPCIPP
Master's Program in Public Economics–MESP
Graduate Program in Economics–Pós-ECO

Sobre Falácias de Moro

Nelson Gonçalves Gomes (UnB)

Economics and Politics Working Paper 89/2018
November 5th, 2018

Economics and Politics Research Group
Working Paper Series

SOBRE FALÁCIAS DE MORO

Nelson Gonçalves Gomes

nelson.gomes235@gmail.com

Nota preliminar. Este texto versa sobre o livro de Euclides Mance, **Falácias de Moro: Análise Lógica da Sentença Condenatória** de Luiz Inácio Lula da Silva. Passo Fundo: IFIBE, 2017. As presentes considerações não são uma defesa do juiz e tampouco um ataque ao ex-Presidente. Nas linhas que vêm a seguir, sugere-se o insucesso de Mance em relacionar trechos por ele selecionados da sentença em pauta com certas falácias por ele especificadas. Usar-se-á aqui a versão do livro disponível na Internet. A parte inicial da obra versa sobre alguns conceitos rudimentares de lógica cuja discussão desviaria esta avaliação crítica dos seus pontos mais importantes. Por essa razão, o início do livro não será aqui abordado. O endereço eletrônico do ensaio de Euclides Mance é o seguinte: http://solidarius.com.br/mance/biblioteca/livro_falacias_de_moro.pdf

Argumento *ad populum*, círculo vicioso e petição de princípio

A começar pela página 15, o autor expõe a sua versão referente ao processo e a fatos a ele subjacentes. Dessa maneira, ele pretende levar o leitor a entender por que a questão do tríplex se tornou central no julgamento.

Nas páginas 20-1 do texto, há referência a uma falácia. O autor cita ali os parágrafos 531 e 577 do processo, nos quais duas testemunhas (Medeiros e Pinheiro) falam de maneiras diversas sobre a questão da propriedade do imóvel tríplex. Uma delas afirma que havia reserva, a outra assevera que “lhe fora dito” haver propriedade. A partir daí, o autor entrevê a seguinte falácia como constante no processo, por ele entendida a partir do que disse Medeiros, citando Pinheiro como fonte:

Se já foi me dito que o tríplex era do ex-presidente, então o tríplex era do ex-presidente.

Como exemplo do caráter falacioso dessa asserção, ele cita a seguinte inferência:

Se *já foi me dito que* um extraterrestre pousou em Varginha, então um extraterrestre pousou em Varginha.

Esse seria um argumento *ad populum* (dirigido ao povo).

(Páginas 21-2, negritos e itálicos conforme a cópia pdf.)

Segundo o autor, Moro teria tentado remediar a ocorrência dessa falácia lançando mão de uma publicação do jornal “O Globo” na qual, antes dos depoimentos das citadas testemunhas, já constava a afirmação de que o ex-presidente seria o proprietário do imóvel. Num parágrafo do processo, Moro afirma:

377 [...] *a matéria em questão é bastante relevante do ponto de vista probatório*, pois foi feita em 10/03/2010, com atualização em 01/11/2011, ou seja, quando não

havia qualquer investigação ou sequer intenção de investigação envolvendo Luiz Inácio Lula da Silva ou o referido apartamento tríplice.

(Página 23. Negritos, itálicos e indicação de omissões conforme a cópia pdf.)

O autor acusa Moro de ter formulado aí uma falácia de círculo vicioso, do tipo

X é verdadeiro por causa de Y.

Y é verdadeiro por causa de X.

Ele reconstrói o argumento de Moro da seguinte maneira:

A afirmação, publicada na matéria em 2010, de que o ex-presidente é proprietário do imóvel, é elemento probatório de que o ex-presidente é proprietário do imóvel.

Porque se ele não fosse proprietário do imóvel não existiria essa afirmação na matéria publicada em 2010.

Este argumento é equiparado pelo autor ao seguinte raciocínio:

A afirmação, relatada na bíblia, de que Deus criou o mundo é elemento probatório de que Deus criou o mundo.

Porque se Deus não tivesse criado o mundo não haveria essa afirmação relatada na bíblia.

(Páginas 23-4)

Esse mesmo raciocínio falacioso que o autor atribui a Moro é também reconstruído sob forma de uma petição de princípio (demonstrar como verdade na conclusão o que já foi incluído na premissa, na definição do autor), da seguinte maneira:

A matéria de O Globo, que afirma ser o Presidente e sua mulher donos de uma cobertura na praia das Astúrias, no Guarujá, é um elemento probatório de que o ex-presidente é proprietário desse imóvel.

Portanto, pode-se comprovar, por meio da referida matéria de O Globo, que o Presidente e sua mulher são os reais proprietários de uma cobertura na praia das Astúrias.

(Página 24)

Comentário: Embora se dê ao trabalho de falar sobre a falácia *ad populum*, o autor não atribui a Moro o erro de tê-la cometido. Muito ao contrário, ele vê na citação do jornal “O Globo” um recurso do juiz para escapar daquele tipo de raciocínio falho. A falácia que ele atribui a Moro é o suposto círculo vicioso acima reproduzido. No parágrafo 377, entretanto, o juiz não afirma que a matéria do jornal, por si só, seja prova (ou elemento probatório) de alguma coisa. Ele diz, isto sim, que a matéria é **bastante relevante** sob o ponto de vista probatório. Portanto, combinada com outros elementos eventualmente presentes no processo, ela pode ter um peso significativo. Relevância não é sinônimo de prova. O círculo vicioso que o autor atribui a Moro, a julgar pelo que se transcreveu, não está nas asserções do juiz, mas sim no falhanço do autor em perceber a diferença entre relevância e prova (ou elemento probatório). A sua reformulação das palavras de Moro e o exemplo rudimentar que a acompanha nada têm a ver com o que está no parágrafo 377.

O mesmo falhanço em distinguir entre relevância e prova leva o autor a atribuir ao juiz uma petição de princípio que não está presente no trecho do citado parágrafo.

Propriedade do imóvel, solicitação de reformas e falácias do tipo *non sequitur*

Nos parágrafos 34 e 626 do processo, a propriedade do triplex no Guarujá e também do sítio em Atibaia é afirmada, com base no fato de que o ex-Presidente e sua esposa teriam solicitado e aprovado projetos de reformas nesses imóveis, reformas essas que foram realizadas na mesma época.

34. [...] A Defesa de [...] Pinheiro Filho, em alegações finais [...]

c) que as reformas foram feitas por solicitação do ex-Presidente e sua esposa; [...]

626. Ainda sobre a questão das reformas, há prova documental consistente em mensagens eletrônicas trocadas por [...] Pinheiro Filho com executivos da OAS, que foram apreendidas durante a investigação e que revelam que ***o projeto de reforma do apartamento e o projeto de reforma do Sítio em Atibaia foram realizados na mesma época e foram submetidos e aprovados pelo ex-Presidente e por sua esposa.***

(Página 25. Negritos, itálicos e indicações de omissões conforme a cópia pdf.)

A propósito desse assunto, o autor afirma não ser correto inferir que o ex-Presidente e esposa seriam proprietários dos imóveis tão somente porque teriam solicitado e aprovado tais reformas. Segundo ele, essa inferência seria uma falácia do tipo *non sequitur* (não se segue), na qual a conclusão não se deixa derivar das premissas.

Como exemplos que, segundo ele, corroboram a sua asserção, o autor apresenta os seguintes raciocínios inválidos:

Se alguém é proprietário de um imóvel, então aprova as reformas.

Ora, o ex-presidente aprova as reformas.

Então ele é proprietário de um imóvel.

O proprietário é quem aprova as reformas do apartamento.

O ex-Presidente e sua esposa aprovaram as reformas do apartamento.

Logo, o ex-presidente e sua esposa são proprietários do apartamento.

O autor observa que o termo médio deste último raciocínio (*aprovar a reforma do apartamento*) é particular em ambas as premissas, impossibilitando a inferência da conclusão. Analogamente, seria o caso se nesse argumento ocorresse a expressão “O proprietário é quem solicita”, etc.

(Páginas 26-7)

Comentário: Para que se deduza a conclusão ‘O ex-Presidente é proprietário do imóvel’ a partir da premissa ‘O ex-Presidente solicita e aprova reformas do imóvel’, precisa-se de uma premissa complementar. Em cada um dos dois argumentos construídos pelo autor, o acréscimo de tal premissa adicional dá origem a um argumento inválido, falacioso, sendo que ele silencia sobre outras possibilidades de escolha. Ora, isso sugere, tacitamente, que

da premissa original ('O ex-Presidente solicita e aprova reformas do imóvel') não resulta, em caso nenhum, a mencionada conclusão, pouco importando qual seja a premissa complementar a ser adicionada. Entretanto, essa posição tacitamente sugerida pelo silêncio do autor não se sustenta, como se vê pelos seguintes argumentos:

Se alguém solicita e aprova as reformas, então é proprietário do imóvel.

Ora, o ex-Presidente e sua esposa solicitam e aprovam as reformas.

Logo, o ex-Presidente e sua esposa são proprietários do imóvel.

Todos os que solicitam e aprovam reformas de apartamentos são seus proprietários.

Ora, o ex-Presidente e sua esposa solicitaram e aprovaram as reformas do apartamento.

Logo, o ex-Presidente e sua esposa são proprietários do apartamento.

O primeiro destes dois últimos argumentos é um silogismo condicional em *modus ponens*. O segundo é um silogismo categórico do *modus BARBARA*. Os dois são exemplos tradicionais de argumentos válidos. Em ambos, a conclusão 'O ex-Presidente é proprietário do imóvel' é validamente deduzida da premissa 'O ex-Presidente solicita e aprova reformas do imóvel'. Tudo o que se necessita para essas deduções é a escolha de premissas complementares cujos termos estejam adequadamente dispostos. Portanto, as falácias mencionadas pelo autor resultam de suas escolhas equivocadas das premissas complementares. Dos trechos do processo de números 34 e 626 não se extrai as falácias que, aparentemente, o autor neles vê. Ele mesmo produziu essas falácias.

Cabe observar que as premissas complementares desses argumentos em *modus ponens* e em *BARBARA* correspondem a um pressuposto empírico subjacente a esse processo e a todos da mesma natureza, nos quais se discuta a solicitação e a aprovação de reformas de grande porte. O pressuposto é que tais reformas dependem da aprovação do proprietário e de mais ninguém. O mérito desse pressuposto é uma questão empírica que, como tal, deve ser discutida no âmbito jurídico. Neste contexto, importa saber que a conclusão ora debatida pode ser validamente deduzida da citada premissa original, com o auxílio desse pressuposto tomado como premissa complementar.

Falácia de Moro ou Apelo à Presciência

Até a página 27, o autor evoca exemplos comuns de falácias ubíquas na abundante literatura que há sobre o assunto. Na página 28, entretanto, ele permite-se formular uma inovação, à qual dá o nome de "Falácia de Moro" (ou "do apelo à presciência"). Essa novidade seria derivável a partir de trechos do processo, que são os seguintes:

646. [...] a diferença [...] *e o custo das reformas, não seriam pagas pelo ex-Presidente e sua esposa* à OAS Empreendimentos, mas consumidas como vantagem indevida em um acerto de corrupção. [...]

819. Ainda argumentou a Defesa de Luiz Inácio Lula da Silva, em alegações finais, *que os custos da reforma foram incluídos nos custos de empreendimento,*

conforme documento apresentado por [...] Pinheiro Filho, no evento 849, arquivo anexo 2, fl. 6, e que não se lançaria “propina na contabilidade”. [...]

821. As reformas do apartamento 164 A, triplex, precisavam ser lançadas na contabilidade formal da OAS Empreendimentos, pois emitidas notas fiscais contra ela. O problema reside na realização de tais reformas pela empresa em benefício do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, ao invés do ressarcimento, o abatimento do valor correspondente em uma conta geral de propinas, esta fora da contabilidade.

(Página 28, negritos, itálicos e indicações de omissões conforme a cópia pdf.)

Ao comentar essas linhas, o autor recorre à gramática escolar da língua portuguesa. Ele entende que Moro converte o *futuro do pretérito*, em que a tese da acusação é descrita, em *pretérito perfeito*, para a condenação do réu. Dessa forma, o juiz teria

tomado por fato acontecido o que era mera suposição do que poderia se dar no futuro, depois que o repasse do apartamento viesse a ocorrer, mesmo sem comprovar que tal repasse tenha sido efetivamente realizado.

(Páginas 28-9)

O autor diz, então, que o juiz converte uma mera possibilidade sobre o que possa vir a acontecer no futuro em necessidade sobre o que ocorrerá. O seu exemplo de “Falácia de Moro” é o seguinte:

Num universo de variados resultados possíveis, X pode ocorrer.

Portanto, X é o único resultado que necessariamente ocorrerá.

(Página 29)

Comentário: Os parágrafos 646 e 819, citados pelo autor com omissões, pertencem a tomadas de depoimentos, a relatos sobre declarações de terceiros, razão por que os tempos verbais neles assumem as formas que constam mais acima. Em português, ao registrar-se um depoimento, tem-se alguma liberdade no emprego de tempos verbais, mas é comum que se escreva algo do tipo: “A testemunha afirmou que teria ouvido um ruído suspeito”. Essa forma do emprego da linguagem (“Fulano afirmou que...”) é conhecida na lógica contemporânea como “atitude proposicional”, sujeita a certas restrições inferenciais. O autor ignora o caráter das atitudes proposicionais constantes nos parágrafos 646 e 819, atribuindo ao juiz uma inferência que, a julgar pelos referidos parágrafos, ele não realizou. Em outras palavras, o autor entende que Moro teria tratado as frases relevantes dos parágrafos 646 e 819 como se fossem, cada uma delas, proposições categóricas e não atitudes proposicionais. No parágrafo 821, apenas se comenta um problema decorrente dos depoimentos anteriores, sem inferir que eles sejam verdadeiros. A “Falácia de Moro” não ocorre nos citados parágrafos. Ela é uma criação e uma imputação do autor, no sentido de atribuição de um erro lógico que, na verdade, inexistente.

Outros itens

O recurso mais frequente a citações de conhecidas falácias concentra-se nas 30 primeiras páginas do livro. Na medida na qual este último se desenvolve, aquelas citações ocorrem em menor número. Isso não implica, entretanto, desistência do autor em encontrar

raciocínios falhos na sentença que detrata. Nas páginas 155 e 197, por exemplo, ele fala de falácias da equivocação; na página 187, a sua falácia da presciência é retomada mais uma vez; na página 201, cita a falácia da inconsistência, etc. É nesse ritmo que o livro se desenvolve.

Vale observar que, após aquelas primeiras páginas, o autor escreve em termos mais e mais subjetivos, tentando percorrer todos os incontáveis meandros do processo, dos quais ele, com frequência, cita trechos selecionados com omissões, mas sem que se saiba qual o critério de seleção ou o que terá sido omitido. No livro, não há indícios de preocupação em evitar pressuposições pessoais fortes, o que leva o leitor a ter dificuldade em distinguir entre o que consta no todo do processo conduzido pelo juiz e o que é mera versão opinativa construída pelo autor. Assim, o leitor, simplesmente, tem de acreditar no autor, mesmo na ausência de referências objetivas confiáveis. Textos selecionados jamais expressam corretamente os contextos nos quais estão inscritos, sobretudo quando tais textos omitem não se sabe o quê.

Avaliação geral

Na página 254, o autor afirma que o seu livro não é sobre violação de direitos, mas sim sobre violação de inferências lógicas. Cabe, então, a pergunta: ele atinge o seu objetivo de mostrar que a sentença de Moro se apoia sobre certas falácias especificadas no livro? Não, ele fracassa nesse intento. O pdf da obra está na Internet, de maneira que qualquer interessado pode examinar, minuciosamente, tópicos aqui faltantes e verificar que as mencionadas falácias são imputações equivocadas do autor, ou seja, atribuições de erros lógicos inexistentes, construídos que são pelo próprio autor. Esse trabalho tosco nada tem a ver com lógica.

O processo em pauta, como qualquer outro do gênero, envolve uma complexa série de discursos empíricos, no seio dos quais desenvolvem-se múltiplas estratégias argumentativas dos mais variados tipos. Na presente avaliação, fica em aberto qualquer juízo sobre o processo em si ou sobre o juiz que o conduziu. A propósito do assunto, o leitor interessado saberá formular o seu próprio entendimento.

The **Economics and Politics (CNPq) Research Group** started publishing its members' working papers on June 12, 2013. Please check the list below and click at <http://econpolrg.com/working-papers/> to access all publications.

Number	Date	Publication
89/2018	11-05-2018	Sobre Falácias de Moro, Nelson Gonçalves Gomes
88/2018	10-29-2018	Eficiência financeira das concessões de aeroportos no Brasil no período de 2015 a 2016, João Paulo de Castro Carisio Ribeiro, Marcelo Driemeyer Wilbert and Samuel de Resende Salgado
87/2018	10-19-2018	Leilões para conversão de dívida em investimento: Uma proposta da teoria de leilões para implantação dos Termos de Ajuste de Conduta (TAC) da ANATEL, Hélio Maurício Miranda da Fonseca and Maurício Soares Bugarin
86/2018	10-08-2018	Redistribution in Contemporary Japan: A Political Economy Analysis of Ide, Furuichi and Miyazaki (2016)'s "All for All" Fiscal Reform Proposal, Maurício Bugarin
85/2018	08-08-2018	Gestão Fiscal e Despesa de Pessoal: Análise dos Gastos Públicos Estaduais entre 2008 e 2016, Marcos Lima Bandeira, Paulo Augusto P. de Britto and André Luiz Marques Serrano
84/2018	07-11-2018	Atuação do poder legislativo estadual: análise dos incentivos dos deputados estaduais na atividade legislativa, Débora Costa Ferreira, Fernando B. Meneguim and Maurício Soares Bugarin
83/2018	07-04-2018	Eficiência, atratividade e dissuasão de acordos de leniência e combate à corrupção: o caso da Operação Lava-Jato, Rafael M. Gomes, Roberto H. de Aragão Neto, Maurício S. Bugarin and André L. Gama
82/2018	06-28-2018	Ciclos Políticos e Eleitorais na Execução do Programa Bolsa Família em Nível Municipal, Tiago Sousa Pereira, Moisés A. Resende Filho and Vander Mendes Lucas
81/2018	06-20-2018	Análise do IBS como Proposta de Reforma Tributária. Um Estudo Aplicado de Equilíbrio Geral Computável, Nathanael Pereira Costa and Vander Mendes Lucas
80/2017	09-27-2017	Impacto do Programa Ensino Médio Inovador em indicadores educacionais, Luís Felipe Batista de Oliveira and Rafael Terra
79/2017	09-14-2017	Uma Avaliação da Política de Privatização de Aeroportos Brasileira: Uma Abordagem por Controle Sintético, Caio Cordeiro de Resende
78/2017	08-30-2017	Tecnologia e Desempenho Escolar: Uma Avaliação de Impacto do Programa Um Computador por Aluno, Caio Cordeiro de Resende and Ana Carolina Zoghbi
77/2017	08-23-2017	Desregulamentação da franquia de bagagem despachada no Brasil: Uma Análise de Impacto Regulatório, Débora Alves Pereira Bastos, Rodrigo César Bessoni e Silva and Vander Mendes Lucas
76/2017	08-16-2017	Análise de Eficiência das IFES no Uso de Recursos Financeiros 2010-2015, Antonio Marcos Correia Melonio and Vander Mendes Lucas
75/2017	08-09-2017	Royalties do petróleo, reeleição e ciclos políticos: um estudo econométrico para as eleições, Eduardo Dornelas Munhoz e Moisés de Andrade Resende Filho
74/2017	08-02-2017	Responsabilidade fiscal, a atuação do Poder Judiciário e o comportamento estratégico dos governantes, Débora Costa Ferreira, Fernando B. Meneguim and Maurício Soares Bugarin
73/2017	07-26-2017	Sustentabilidade da Dívida dos Estados Brasileiros: 2005-2015, Hiromi Cristina Santos Doi and Vander Mendes Lucas
72/2017	07-19-2017	Hotelling's product differentiation: an infinite-dimensional linear programming approach, Rodrigo Peñalosa
71/2017	06-16-2017	Escola japonesa ou escola brasileira? A inserção dos estudantes brasileiros na escola no Japão, Maurício Soares Bugarin
70/2017	04-17-2017	How the East was Lost: Coevolution of Institutions and Culture in the 16th Century Portuguese Empire, Bernardo Mueller
69/2017	04-10-2017	A reforma política sob o ponto de vista da análise econômica do direito, Pedro Fernando Nery and Fernando B. Meneguim
68/2016	07-14-2016	O dilema entre a eficiência de curto e de longo prazo no ordenamento jurídico e o impacto no crescimento econômico, Fernando B. Meneguim and Tomás T. S. Bugarin

Number	Date	Publication
67/2016	05-04-2016	A estrutura de capital de empresas brasileiras de capital aberto: uma análise de seus determinantes, João Pedro Bertani Catrib, Paulo Augusto P. de Britto and André Luiz Marques Serrano
66/2016	04-20-2016	Tests for history dependence in mixed-Poisson growth: Brazil, 1822-2000, and USA, 1869-1996, with an estimate of the world mixing distribution at start-up, Steve De Castro and Flávio Gonçalves
65/2016	04-13-2016	Piketty's Prediction meets technical progress in Harrod-Domar's Dynamics and Solow Swan's Surrogate, Steve De Castro
64/2016	04-06-2016	Análise do impacto da alteração normativa na aposentadoria por invalidez no Brasil, Helvio Antonio Pereira Marinho, Moises de Andrade Resende Filho and Vander Mendes Lucas
63/2016	03-30-2016	Black movement: Estimating the effects of affirmative action in college admissions on education and labor market outcomes, Andrew Francis-Tan and Maria Tannuri-Pianto
62/2016	01-13-2016	Electronic voting and Social Spending: The impact of enfranchisement on municipal public spending in Brazil, Rodrigo Schneider, Diloá Athias and Maurício Bugarin
61/2015	12-02-2015	Alunos de inclusão prejudicam seus colegas? Uma avaliação com dados em painel de alunos da rede municipal de São Paulo, Bruna Guidetti, Ana Carolina Zoghbi and Rafael Terra
60/2015	12-02-2015	Impacto de programa Mais Educação em indicadores educacionais, Luís Felipe Batista de Oliveira and Rafael Terra
59/2015	10-21-2015	Eficiência de custos operacionais das companhias de distribuição de energia elétrica (CDEEs) no Brasil: Uma aplicação (DEA & TOBIT) em dois estágios, Daniel de Pina Fernandes and Moisés de Andrade Resende Filho
58/2015	10-14-2015	Determinantes do risco de crédito rural no Brasil: uma crítica às renegociações da dívida rural, Lucas Braga de Melo and Moisés de Andrade Resende Filho
57/2015	10-07-2015	Distribuição da riqueza no Brasil: Limitações a uma estimativa precisa a partir dos dados tabulados do IRPF disponíveis, Marcelo Medeiros
56/2015	10-01-2015	A composição da desigualdade no Brasil. Conciliando o Censo 2010 e os dados do Imposto de Renda, Marcelo Medeiros, Juliana de Castro Galvão and Luísa Nazareno
55/2015	09-24-2015	A estabilidade da desigualdade no Brasil entre 2006 e 2012: resultados adicionais, Marcelo Medeiros and Pedro H. G. F. Souza
54/2015	09-24-2015	Reciclagem de plataformas de petróleo: ônus ou bônus?, Roberto N. P. di Cillo
53/2015	09-09-2015	A Progressividade do Imposto de Renda Pessoa Física no Brasil, Fábio Castro and Mauricio S. Bugarin
52/2015	07-03-2015	Measuring Parliaments: Construction of Indicators of Legislative Oversight, Bento Rodrigo Pereira Monteiro and Denílson Banderia Coêlho
51/2015	06-29-2015	A didactic note on the use of Benford's Law in public works auditing, with an application to the construction of Brazilian Amazon Arena 2014 World Cup soccer stadium, Mauricio S. Bugarin and Flavia Ceccato Rodrigues da Cunha
50/2015	04-29-2015	Accountability and yardstick competition in the public provision of education, Rafael Terra and Enlison Mattos
49/2015	04-15-2015	Understanding Robert Lucas (1967-1981), Alexandre F. S. Andrada
48/2015	04-08-2015	Common Labor Market, Attachment and Spillovers in a Large Federation, Emilson Caputo Delfino Silva and Vander Mendes Lucas
47/2015	03-27-2015	Tópicos da Reforma Política sob a Perspectiva da Análise Econômica do Direito, Pedro Fernando Nery and Fernando B. Meneguim
46/2014	12-17-2014	The Effects of Wage and Unemployment on Crime Incentives - An Empirical Analysis of Total, Property and Violent Crimes, Paulo Augusto P. de Britto and Tatiana Alessio de Britto
45/2014	12-10-2014	Políticas Públicas de Saúde Influenciam o Eleitor?, Hellen Chrytine Zanetti Matarazzo
44/2014	12-04-2014	Regulação Ótima e a Atuação do Judiciário: Uma Aplicação de Teoria dos Jogos, Maurício S. Bugarin and Fernando B. Meneguim
43/2014	11-12-2014	De Facto Property Rights Recognition, Labor Supply and Investment of the Poor in Brazil, Rafael Santos Dantas and Maria Tannuri-Pianto

Number	Date	Publication
42/2014	11-05-2014	On the Institutional Incentives Faced by Brazilian Civil Servants, Mauricio S. Bugarin and Fernando B. Meneguín
41/2014	10-13-2014	Uma Introdução à Teoria Econômica da Corrupção: Definição, Taxonomia e Ensaio Seleccionados, Paulo Augusto P. de Britto
40/2014	10-06-2014	Um modelo de jogo cooperativo sobre efeitos da corrupção no gasto público, Rogério Pereira and Tatiane Almeida de Menezes
39/2014	10-02-2014	Uma análise dos efeitos da fusão ALL-Brasil Ferrovias no preço do frete ferroviário de soja no Brasil, Bruno Ribeiro Alvarenga and Paulo Augusto P. de Britto
38/2014	08-27-2014	Comportamentos estratégicos entre municípios no Brasil, Vitor Lima Carneiro & Vander Mendes Lucas
37/2014	08-20-2014	Modelos Microeconômicos de Análise da Litigância, Fábio Avila de Castro
36/2014	06-23-2014	Uma Investigação sobre a Focalização do Programa Bolsa Família e seus Determinantes Imediatos. André P. Souza, Plínio P. de Oliveira, Janete Duarte, Sérgio R. Gadelha & José de Anchieta Neves
35/2014	06-22-2014	Terminais de Contêineres no Brasil: Eficiência Intertemporal. Leopoldo Kirchner and Vander Lucas
34/2014	06-06-2014	Lei 12.846/13: atrai ou afugenta investimentos? Roberto Neves Pedrosa di Cillo
33/2013	11-27-2013	Vale a pena ser um bom gestor? Comportamento Eleitoral e Reeleição no Brasil, Pedro Cavalcante
32/2013	11-13-2013	A pressa é inimiga da participação (e do controle)? Uma análise comparativa da implementação de programas estratégicos do governo federal, Roberto Rocha C. Pires and Alexandre de Avila Gomide
31/2013	10-30-2013	Crises de segurança do alimento e a demanda por carnes no Brasil, Moisés de Andrade Resende Filho, Karina Junqueira de Souza and Luís Cristóvão Ferreira Lima
30/2013	10-16-2013	Ética & Incentivos: O que diz a Teoria Econômica sobre recompensar quem denuncia a corrupção? Maurício Bugarin
29/2013	10-02-2013	Intra-Village Expansion of Welfare Programs, M. Christian Lehmann
28/2013	09-25-2013	Interações verticais e horizontais entre governos e seus efeitos sobre as decisões de descentralização educacional no Brasil, Ana Carolina Zoghbi, Enlison Mattos and Rafael Terra
27/2013	09-18-2013	Partidos, facções e a ocupação dos cargos de confiança no executivo federal (1999-2011), Felix Lopez, Mauricio Bugarin and Karina Bugarin
26/2013	09-11-2013	Metodologias de Análise da Concorrência no Setor Portuário, Pedro H. Albuquerque, Paulo P. de Britto, Paulo C. Coutinho, Adelaida Fonseca, Vander M. Lucas, Paulo R. Lustosa, Alexandre Y. Carvalho and André R. de Oliveira
25/2013	09-04-2013	Balancing the Power to Appoint officers, Salvador Barberà and Danilo Coelho
24/2013	08-28-2013	Modelos de Estrutura do Setor Portuário para Análise da Concorrência, Paulo C. Coutinho, Paulo P. de Britto, Vander M. Lucas, Paulo R. Lustosa, Pedro H. Albuquerque, Alexandre Y. Carvalho, Adelaida Fonseca and André Rossi de Oliveira
23/2013	08-21-2013	Hyperopic Strict Topologies, Jaime Orillo and Rudy José Rosas Bazán
22/2013	08-14-2013	Há Incompatibilidade entre Eficiência e Legalidade? Fernando B. Meneguín and Pedro Felipe de Oliveira Santos
21/2013	08-07-2013	A Note on Equivalent Comparisons of Information Channels, Luís Fernando Brands Barbosa and Gil Riella
20/2013	07-31-2013	Vertical Integration on Health Care Markets: Evidence from Brazil, Tainá Leandro and José Guilherme de Lara Resende
19/2013	07-24-2013	A Simple Method of Elicitation of Preferences under Risk, Patrícia Langasch Tecles and José Guilherme de Lara Resende
18/2013	07-17-2013	Algunas Nociones sobre el Sistema de Control Público en Argentina con Mención al Caso de los Hospitales Públicos de la Provincia de Mendoza, Luis Federico Giménez
17/2013	07-10-2013	Mensuração do Risco de Crédito em Carteiras de Financiamentos Comerciais e suas Implicações para o Spread Bancário, Paulo de Britto and Rogério Cerri
16/2013	07-03-2013	Previdências dos Trabalhadores dos Setores Público e Privado e Desigualdade no Brasil, Pedro H. G. F. de Souza and Marcelo Medeiros
15/2013	06-26-2013	Incentivos à Corrupção e à Inação no Serviço Público: Uma análise de desenho de mecanismos, Maurício Bugarin and Fernando Meneguín

Number	Date	Publication
14/2013	06-26-2013	The Decline in inequality in Brazil, 2003–2009: The Role of the State, Pedro H. G. F. de Souza and Marcelo Medeiros
13/2013	06-26-2013	Productivity Growth and Product Choice in Fisheries: the Case of the Alaskan pollock Fishery Revisited, Marcelo de O. Torres and Ronald G. Felthoven
12/2013	06-19-2003	The State and income inequality in Brazil, Marcelo Medeiros and Pedro H. G. F. de Souza
11/2013	06-19-2013	Uma alternativa para o cálculo do fator X no setor de distribuição de energia elétrica no Brasil, Paulo Cesar Coutinho and Ângelo Henrique Lopes da Silva
10/2013	06-12-2013	Mecanismos de difusão de Políticas Sociais no Brasil: uma análise do Programa Saúde da Família, Denilson Bandeira Coêlho, Pedro Cavalcante and Mathieu Turgeon
09/2013	06-12-2103	A Brief Analysis of Aggregate Measures as an Alternative to the Median at Central Bank of Brazil's Survey of Professional Forecasts, Fabia A. Carvalho
08/2013	06-12-2013	On the Optimality of Exclusion in Multidimensional Screening, Paulo Barelli, Suren Basov, Mauricio Bugarin and Ian King
07/2013	06-12-2013	Desenvolvimentos institucionais recentes no setor de telecomunicações no Brasil, Rodrigo A. F. de Sousa, Nathalia A. de Souza and Luis C. Kubota
06/2013	06-12-2013	Preference for Flexibility and Dynamic Consistency, Gil Riella
05/2013	06-12-2013	Partisan Voluntary Transfers in a Fiscal Federation: New evidence from Brazil, Mauricio Bugarin and Ricardo Ubrig
04/2013	06-12-2013	How Judges Think in the Brazilian Supreme Court: Estimating Ideal Points and Identifying Dimensions, Pedro F. A. Nery Ferreira and Bernardo Mueller
03/2013	06-12-2013	Democracy, Accountability, and Poverty Alleviation in Mexico: Self-Restraining Reform and the Depoliticization of Social Spending, Yuriko Takahashi
02/2013	06-12-2013	Yardstick Competition in Education Spending: a Spatial Analysis based on Different Educational and Electoral Accountability Regimes, Rafael Terra
01/2013	06-12-2013	On the Representation of Incomplete Preferences under Uncertainty with Indecisiveness in Tastes, Gil Riella